

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

Mateus Aparecido Cardoso

Rafael Rodrigues de Castro

Pandemia no Cercado:
análise da intersetorialidade da rede de proteção social de Nova Serrana/MG

Belo Horizonte

2023

**Armindo dos Santos de Sousa Teodósio
Mateus Aparecido Cardoso
Rafael Rodrigues de Castro**

**Pandemia no Cercado:
análise da intersetorialidade da rede de proteção social de Nova Serrana/MG**

Projeto apresentado no curso de Graduação em
Administração da Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais.

Número do Projeto: 27891

Orientador: Prof. Dr. Armindo dos Santos de
Sousa Teodósio

Coorientador: Me. Rafael Rodrigues de Castro

Belo Horizonte
2023

Pandemia no Cercado: análise da intersetorialidade da rede de proteção social de Nova Serrana/MG

Mateus Aparecido Cardoso¹

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio²

Rafael Rodrigues de Castro³

Resumo: A pandemia da COVID-19, instaurada no mundo no ano de 2020, acarretou em inúmeras ações para reduzir contaminações e mortes das pessoas. No Brasil, as principais medidas adotadas durante a pandemia colocaram as pessoas pobres em uma situação de vulnerabilidade social ainda maior. Com isso, inúmeras famílias necessitaram de auxílios advindos do poder público, das Organizações da Sociedade Civil (OSC) ou mesmo, do próprio mercado. Deste modo, o presente artigo visa entender como o Estado, as OSC e o Mercado se relacionam na provisão de políticas sociais em Nova Serrana/MG, cidade que no século passado era denominada como Cercado, por possuir em sua região uma pequena cerca para guarda de animais, já que o então vilarejo era ponto de pousada de viajantes. Para isso, no referencial teórico são apresentadas as abordagens inerentes à intersetorialidade, que podem ser definidas como a parceria entre Estado, OSC e empresas para atender demandas da sociedade que a cada dia se torna mais complexa. Ainda são elucidados os conceitos sobre políticas sociais, pobreza, as teorias sobre as OSC, governança e a responsabilidade social empresarial. Este projeto tem por objetivo analisar os setores da sociedade a partir de uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva, em que a coleta de dados foi efetuada por meio de entrevistas semi-estruturadas, com 3 diretores de OSC, 1 empresário e 2 gestores públicos. Com base nos resultados obtidos com a pesquisa, pode-se constatar a existência de uma intersetorialidade forte na cidade de Nova Serrana, mas com deficiências nas ações adotadas, por possuir uma visão mais assistencialista.

Palavras-chave: Pandemia. Políticas Sociais. Organizações da Sociedade Civil. Responsabilidade Social Empresarial. Intersetorialidade.

1 INTRODUÇÃO

Muito tem se falado sobre a importância da intersetorialidade na sociedade moderna, seja por falhas do estado ou mesmo do próprio mercado. Em virtude disso, os setores se vêem cada dia mais obrigados a trabalhar em conjunto para solucionar problemas cada vez mais complexos.

De acordo com Morris (1994), as organizações públicas se encontram cada dia mais interligadas com o Mercado e as Organizações da Sociedade Civil, desenvolvendo ações que visem mitigar os efeitos negativos causados pelo capitalismo, sobretudo em momentos de crise.

Com a expansão da pandemia da COVID-19 em todas as regiões do mundo, teve-se um aumento expressivo no número de pessoas que necessitam de auxílio por parte dos setores da sociedade. Mostrando assim a necessidade de estudos que vise analisar como está estruturada a

¹ Graduando em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Membro do Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social da PUC Minas.

² Doutor em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Professor Adjunto IV no Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Líder do Núcleo de Pesquisas em Ética e Gestão Social da PUC Minas.

³ Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Membro do Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social da PUC Minas.

intersectorialidade na cidade de Nova Serrana/MG. Com isso em tela, a presente pesquisa se propõe a responder: Como o Estado, a sociedade civil e o mercado se relacionam na provisão de políticas sociais cidade de Nova Serrana/MG?

Na intenção de responder à pergunta, este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre Estado, sociedade civil e mercado na provisão de políticas sociais em Nova Serrana/MG durante a pandemia da COVID-19. Anteriormente a cidade de Nova Serrana era conhecida como Cercado, pois em sua região existia um cercado para guarda de animais, já que o então vilarejo era ponto de pousada de viajantes.

Para além desta introdução, o artigo é composto por 4 seções. Na próxima seção, será apresentado os conceitos que ajudam a explicar a intersectorialidade existente na sociedade, e que elucidam os conceitos sobre políticas sociais, pobreza, organizações da sociedade civil, governança e a responsabilidade social empresarial.

Em seguida, constam os procedimentos metodológicos adotados para execução da pesquisa. Por ser uma pesquisa de caráter qualitativo, foi feita entrevistas com diretores de 3 OSC, 1 empresária e 2 gestores públicos locais que atuam na promoção de políticas sociais na cidade de Nova Serrana.

Em um terceiro momento, efetuamos a análise dos dados que foram coletados durante a pesquisa, contextualizando e extraindo os principais pontos que ajudaram a responder nosso objetivo de pesquisa. Por fim, na última seção, chamado de considerações finais, é sintetizado o que foi descoberto no decorrer deste estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Sociais, Pobreza e Intersetorialidade

Com a ampliação da democracia promovida pela Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro ampliou suas responsabilidades com a garantia de direitos e provisão de políticas públicas (PP), sendo uma delas a promoção do bem-estar social (CANÇADO; BARROS; BARROS, 2021). No Art. 23 da Constituição consta que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, são responsáveis pelo bem-estar e desenvolvimento da população em âmbito nacional (BRASIL, 1988). Os mecanismos para cumprir essas obrigações são chamadas de PP.

A discussão sobre PP é bastante ampla e não existe uma única definição sobre o tema (SOUZA, 2003). No intuito de mapear tanto a literatura clássica como a recente sobre o tema, a revisão de literatura realizada por Souza (2006) indicou que a área de PP teve quatro “pais” fundadores, como as definições de PP assumem uma visão holística e os principais conceitos e modelos de formulação e análise de PP. Outros estudos de revisão apontam que o campo de PP se desenvolveu entre os anos 1950-1960 (REZENDE; RIOS, 2020), que há uma falta de consenso em relação ao conceito e constituição das PP (ARAÚJO; GÓES; MIRANDA JUNIOR, 2021) e que os principais temas de pesquisa são os modelos de análise de PP, contexto das PP no Brasil, atores e movimentos sociais e ciclo de PP (REZENDE; RIOS, 2020; CANÇADO; BARROS; BARROS, 2021), com ênfase na etapa de implementação e avaliação (BATISTA; DOMINGOS; VIEIRA, 2021).

As PP podem entendidas como o governo em ação orientado para resolver um problema coletivamente público (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019). Diante de todas variáveis, quando as intervenções têm um caráter social, as políticas públicas ganham uma outra face e nome, passando a ser definidas como políticas sociais. Elas podem ser compreendidas como “o conjunto de ações do Estado para atendimento das necessidades sociais e das demandas da classe trabalhadora” (GASPAROTTO; GROSSI; VIEIRA, 2014, p. 6).

De acordo com as Ciências Sociais, o conceito de políticas sociais sofreu alterações de acordo com o período histórico que a sociedade estava vivenciando, mas a ideia central de

política social seria as ações atribuídas aos governos com objetivos relacionados com a proteção social (VIANNA, 2002).

A proteção social proposta pelas políticas sociais tem como meta mitigar os efeitos da vulnerabilidade social presente na sociedade, principalmente a pobreza crônica, pois a mesma tem capacidade de abranger inúmeras gerações, tornando o quadro ainda mais dramático. Conforme mostrado por Raczynski (1999) e Fanfani (1991), para combater essa realidade são necessárias políticas que abranjam as áreas econômicas e sociais, atuando diretamente na distribuição de renda.

De acordo com McGuire (2006), Reed e Reed (2008) e Yakovleva e Alabaster (2003), como as organizações públicas não possuem todas as especialidades necessárias para atender as demandas da sociedade que se torna cada dia mais complexa, acabou-se crescendo o consenso de que grande parte dos problemas sociais e ambientais necessita de uma ou mais organização para serem sanados, fazendo com que as organizações públicas fiquem profundamente interligadas com a sociedade civil e as organizações privadas (MORRIS, 1994).

Segundo Brinkerhoff (2002) as parcerias entre as organizações podem ser consideradas relações dinâmicas baseadas em objetivos e metas que são elaboradas durante o planejamento do projeto, podendo envolver esferas de governo, organizações não governamentais (ONGs), iniciativa privada, dentre outras.

As organizações públicas se envolvem nessas parcerias por inúmeros motivos, sendo os principais deles: o aumento na demanda por serviços públicos, incapacidade de resolver problemas sociais complexos e a busca pela eficiência operacional (SELSKY; PARKER, 2005; KOLK; VAN DOLEN; VOCK, 2010).

De acordo com Selsky e Parker (2005), podem ser dados 3 enfoques nas parcerias intersetoriais, sendo a primeira delas denominada *Ressource Dependende Platform*, nesta perspectiva as parcerias podem ser definidas como “estratégias desenvolvidas pelas organizações para resolver seus problemas de acesso a recursos e desenvolvimento de competências e capacidades” (TEODÓSIO, 2011, p. 46).

Nesse enfoque, antes de atuarem diretamente nas questões sociais, as organizações primeiramente se preocupam com seus próprios interesses, começando a executar os projetos previamente elaborados, apenas após terem recursos liberados ou capacitação para tal fim (SELSKY; PARKER, 2005).

A segunda perspectiva, denominada *Social Issues Platform* afirma que as parcerias entre Estado e as demais esferas ocorrem por conta de problemas considerados relevantes pelos atores envolvidos, neste enfoque as organizações têm como primeiro plano, o enfrentamento dos problemas sociais, sendo as parcerias formadas como consequência desse enfrentamento (SELSKY; PARKER, 2005).

Por fim, denominado como *Societal Sector Platform*, o terceiro enfoque diz que o Estado e as demais organizações funcionam sob novas formas, o que acaba limitando a percepção dos limites de cada setor. Neste enfoque as organizações envolvidas no projeto acabam por adotar papéis de responsabilidade das outras organizações envolvidas no projeto, formando um processo de governança híbrida onde diminui-se o financiamento por parte do Estado, levando a comercialização de produtos e serviços para manter os projetos em execução.

2.2 Organizações da Sociedade Civil e Governança

De acordo Weisbrod (1978) alguns autores mostram que as Organizações da Sociedade Civil (OSC) surgiram das “falhas do mercado” (*market failure*) que não conseguem suprir as necessidades da população por bens que deveriam ser disponibilizados de forma democrática, criando condições para que o governo intervenha e ofereça esses bens públicos (LECY; VAN SLYKE, 2013; SMITH; LIPSKY, 1993; YOUNG, 2000).

Em uma democracia existe uma pluralidade de opiniões de quais bens públicos devem ser ofertados, sendo assim uma parcela da população ficaria sem sua demanda atendida, causando o que alguns autores chamam de “falha de governo” (*government failure*) (SMITH; LIPSKY, 1993; WEISBROD, 1978).

Com essa demanda não satisfeita, a sociedade civil se movimenta para ofertar os serviços públicos que tanto o estado, quanto o mercado não foram capazes de atender, formando o que chamamos de OSC (STEINBERG, 2003; WEISBROD, 1978).

Esses serviços são ofertados juntamente com o apoio do Estado e da iniciativa privada, que através de uma boa governança acabam financiando as atividades desenvolvidas pela OSC. O conceito de governança surgiu na década de 1930, no momento em que se percebeu um distanciamento entre a propriedade e a administração, fazendo com que quem administrasse os recursos não fossem os seus proprietários, buscando maior eficiência na organização (ÁLVARES; GIACOMETTI; GUSSO, 2008).

Esse fato trouxe à tona o conflito entre proprietários e administradores, já que nem sempre os objetivos e interesses estavam alinhados uns com os outros. A partir deste fato surge o conceito de *accountability*, onde afirma que existe uma responsabilidade dos administradores com quem se espera resultado dos seus atos, este fato trouxe mais confiança aos proprietários de como os seus recursos estavam sendo administrados (MOSHER, 1968).

Com isso, de acordo com o Banco Mundial, a governança pode ser definida como o modo pelo qual o poder é exercido na administração dos recursos sejam eles econômicos ou sociais, tendo como meta o desenvolvimento (WORLD BANK, 1994).

Com a crise do *Welfare State* na década de 80, juntamente com esgotamento de recursos e uma administração deficitária que não conseguiu acompanhar os desafios do mercado com países cada vez mais interligados e dependentes, foi cobrado a adoção de uma nova administração pública que buscasse obter melhores resultados para a sociedade (MATIAS-PEREIRA, 2010).

Através dessa busca nasce o que chamamos de Governança Pública, que de acordo com Mayntz (2001) é quando atores públicos e privados se unem formando um governo cooperativo, que analisa os problemas comuns para se produzir as políticas públicas demandadas pela sociedade.

Outros conceitos de Governança Pública também foram definidos por autores e instituições globais. Segundo a *Commission of the European Communities* (2001), a Governança Pública pode ser entendida como a gestão de recursos humanos, econômicos, financeiros e naturais de forma transparente e responsável, visando um desenvolvimento sustentável e igualitário.

De acordo com Buta e Teixeira (2020), para se ter o bom funcionamento da Governança pública são necessárias algumas condições prévias, sendo as principais delas: poder descentralizado de forma eficiente, representantes que reflitam os interesses da sociedade e sejam eleitos de forma democrática.

Quanto a sociedade, é necessário que ela também tenha algumas condições prévias para que a governança de fato aconteça, que de acordo com Mayntz (2001) são: sociedade civil bem organizada e forte, que os cidadãos tenham igualdade perante a lei e direitos para os proteger e autonomia as organizações sociais, para que sejam capazes de negociar com os atores públicos.

2.3 Responsabilidade Social Empresarial

Com o crescimento econômico causado pela Revolução Industrial no século XVIII, o mundo conheceu as contradições envolvendo a atuação empresarial. Este período foi marcado pela utilização abusiva de recursos naturais não renováveis e a falta de preocupação com os trabalhadores, mantendo-os em ambientes insalubres e com longas jornadas de trabalho

(CARMO, 2015).

Durante esse período nasceram as primeiras reflexões sobre a Responsabilidade Social Empresarial (RSE), mostrando que as empresas deveriam atender os interesses daqueles que eram impactados pelas suas atividades e não apenas o do proprietário da empresa (CARMO, 2015).

A Responsabilidade Social como conhecemos hoje surge com a publicação do livro *Social Responsibilities of the Businessman* de Howard Bowen em 1953, onde pela primeira vez é teorizado a relação entre a sociedade e as corporações. De acordo com Carroll e Shabana (2010), este livro moldou a forma que o assunto seria tratado futuramente.

Para Bowen (1953), as corporações eram consideradas centros de poder e possuía grande influência na região que está inserida. Sendo assim deveriam ter posturas éticas condizentes com a moral daquela sociedade. Essas ideias tornaram o autor um dos precursores das teorias dos *stakeholders*, já que as mesmas seriam tratadas apenas mais tarde (CARROLL; SHABANA, 2010).

Em 1970, o economista Milton Friedman publicou um artigo na revista *New York Times Magazine* intitulado *The social responsibility of business is to increase its profits* (FRIEDMAN, 1970), onde afirma que a única responsabilidade das organizações seriam a maximização do lucro de seus acionistas e que qualquer aplicação de recursos que não fosse para este fim, era considerado condenável. Para ele, as empresas eram consideradas seres artificiais, sendo assim haveriam de ter apenas responsabilidades legais. Na literatura sua linha de pensamento é intitulada a Teoria dos *shareholders*. Anos mais tarde, na década de 80, cresceu-se o debate acerca do comportamento empresarial e seus impactos na sociedade, aumentando o número de pesquisas empíricas e a popularidade de temas alternativos (CARROLL; SHABANA, 2010).

A partir da publicação do livro de Edward R. Freeman em 1984, popularizou-se o termo *stakeholders* (FREEMAN, 1984), que significa partes interessadas, ou seja, um grupo de pessoas que têm interesses ou reivindicam direitos já que são impactadas pelas ações da empresa (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012; DIAS, 2012).

De acordo com Wood (1991), é natural que a sociedade tenha expectativas em relação ao comportamento e resultado obtidos pelas organizações, já que são interdependentes uns dos outros e que todas as ações adotadas pela empresa têm capacidade de impactar positivamente ou negativamente a sociedade.

Por estarem constantemente impactando a sociedade com suas ações, acabou-se criando uma crise de confiança na população, fazendo com que fosse necessário promover e adotar medidas politicamente corretas, que visassem trazer ganhos para os trabalhadores e a sociedade onde a organização empresarial está inserida.

Essas ações quando bem-sucedidas são capazes de trazer uma imagem positiva no âmbito social, comunitário e institucional, já que o investimento empresarial trouxe impactos positivos para a sociedade. Mostrando que o investimento social pode ser considerado uma questão estratégica para a organização, já que empresas socialmente responsáveis possuem diferenciais competitivos (RICO, 2004).

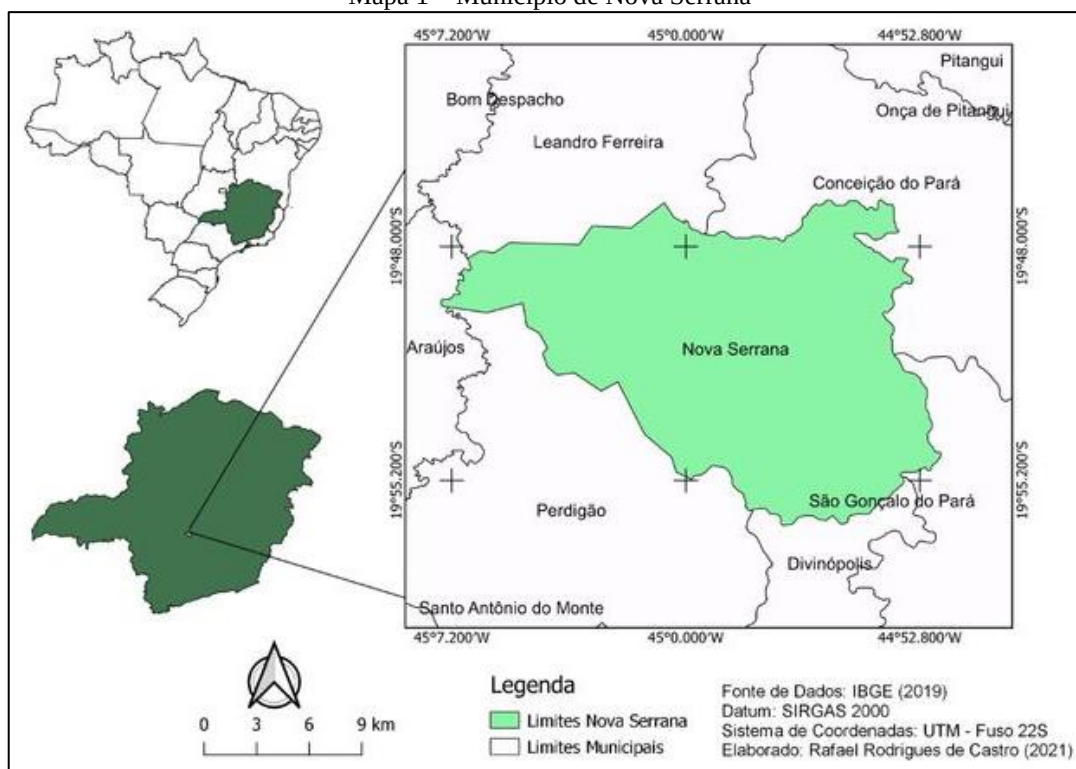
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo deste estudo, utilizamos a análise qualitativa de natureza descritiva já que através dela conseguimos interpretar os fatos de forma mais detalhada, o que garante mais profundidade ao objeto que está sendo analisado (PEREIRA, 2001).

O universo da pesquisa compreende os diretores de OSC envolvidas na promoção de políticas sociais na cidade de Nova Serrana, Minas Gerais. No mapa abaixo pode ser visualizada a região onde hoje se encontra a cidade, local que no século passado era conhecido como “Cercado”, pois na região do então povoado, existia uma cerca para guarda de animais de

viajantes que por ali passavam.

Mapa 1 – Município de Nova Serrana



Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com levantamento feito no Mapa das Organizações da Sociedade Civil do IPEA (MAPA OSC, 2023), existem 219 OSC atuando na cidade, sendo que 53 delas possuem como atividade econômica “atividades de associações de defesa de direitos sociais”. Destas 53, selecionamos as 3 mais atuantes e que desenvolvem seus trabalhos diretamente com a população mais afetada pela pandemia.

Para coleta dos dados, foram feitas 6 entrevistas no período compreendido entre os meses de julho e outubro de 2022. Sendo 3 delas com os dirigentes de OSC atuantes na provisão de assistência social na cidade, 1 representante de empresa privada e 2 gestores públicos, ambos atuantes na provisão de assistência social.

Ressalta-se, que durante a coleta de dados foram contatados além dos entrevistados, 2 empresários e 2 entidades representantes das empresas da cidade, mas nenhum deles tiveram interesse em participar da pesquisa.

A fim de resguardar os nomes dos entrevistados, adotamos as nomenclaturas Sociedade Civil para os entrevistados da OSC, Privado para os entrevistados da empresa privada e Governo para os entrevistados da gestão pública (Quadro 1).

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Idade	Cargo na organização	Cor/etnia	Gênero
Sociedade Civil 1	56	Presidente	Branco	Masculino
Sociedade Civil 2	51	Diretor	Branco	Masculino
Sociedade Civil 3	53	Tesoureira	Branca	Feminino
Privado	47	Administradora	Parda	Feminino
Governo 1	41	Secretário de Desenvolvimento Social	Branco	Masculino
Governo 2	33	Coordenadora do CRAS	Parda	Feminino

Fonte: Dados da pesquisa

É necessário expor que tivemos dificuldades durante a coleta de dados, que se deu por conta do ano eleitoral e pelo que grupo de pessoas que estavam sendo entrevistadas, mostrando um certo receio de expor a sua visão sobre a intersetorialidade na cidade.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Durante a pandemia da Covid 19, inúmeras ações foram adotadas para conter a disseminação do vírus, sendo a maioria delas de caráter restritivo, limitando o acesso da população a determinados lugares, ocasionando fechamento de estabelecimentos e a diminuição de pessoas nas ruas.

Essas ações acabaram afetando toda população e principalmente as famílias mais pobres, fazendo com que muitas delas dependessem exclusivamente das políticas sociais existentes no país. Por ser considerada uma cidade industrial, muitas pessoas acreditam que em Nova Serrana não existe pessoas passando por dificuldades, de acordo com o relato da sociedade civil 1.

“[...] muitas pessoas acham que em Nova Serrana não existe pobreza, mas na realidade não é bem assim, muitos locais, principalmente aqueles mais suburbanos, existe muita pobreza. Tem alguns lugares hoje que a pobreza é tão grande, que é até difícil da gente compreender quando a gente olha só o centro, só onde a gente mora, mas na realidade existem muitas pessoas que vem de fora e muitos vem para buscar uma vida melhor [...]” (RELATO SOCIEDADE CIVIL 1)

E conforme mostrado pelo relato do governo 2, com a pandemia essa realidade se tornou muito mais abrangente do que o comum

“[...] com a questão da pandemia, foi muito complicado. Muito desemprego, muita pessoa indo embora. E muitas famílias nos recorreu para a questão dos auxílios que teve, que foi criado pelo governo [...]” (RELATO GOVERNO 2)

Com isso, empresas, governo municipal e sociedade civil se uniram para tentar mitigar os efeitos avassaladores que a pandemia trouxe para a vida das famílias mais pobres da cidade. Mostrando a importância da parceria intersetorial na promoção de políticas sociais.

De acordo com o relato da sociedade civil 2 “[...] a cidade de Nova Serrana é feita para a indústria e não para as pessoas [...]” (RELATO SOCIEDADE CIVIL 2), de acordo com ele existe uma deficiência nas políticas sociais na cidade, que são majoritariamente de cunho assistencialista e não tem como foco a promoção do ser humano “[...] não há um trabalho efetivo ou de política pública para geração de emprego e renda, valorização do artesão, diminuição da informalidade, valorização da agricultura familiar [...]” (RELATO SOCIEDADE CIVIL 2).

Nos momentos mais críticos da pandemia da COVID-19, houveram a distribuição de cestas básicas por parte do município e das OSC da região, o que mostra esse caráter mais assistencialista da intersetorialidade. De acordo com o relato do governo 2, a pandemia “[...] foi um desafio muito grande com demandas novas que a gente nunca tinha passado [...]” (RELATO GOVERNO 2) pois:

[...] ninguém esperava passar por aquela questão da pandemia. Ninguém de nós estávamos preparados, nem como cidadão e muito menos enquanto poder público, acho que a gente nunca tinha pensado em algum momento poder passar pelo que a gente passou [...] (RELATO GOVERNO 2)

Por possuir esse caráter assistencialista, a intersetorialidade na cidade, ocorre na maioria das vezes por meio de doações, principalmente entre a sociedade civil e a iniciativa privada, já

que os órgãos públicos possuem mecanismos para repasse de recursos.

De acordo com o relato da sociedade civil 1, as doações para as OSC muitas das vezes se dá por meio de “[...] empresários, talvez alguma entidade [...]” (RELATO SOCIEDADE CIVIL 1) e completa dizendo que nestes casos, as doações são feitas na calada, pois “[...] não temos muita coisa para poder falar, se a pessoa veio cá e doou 10 cestas, nós não tiramos foto com ela [...]” (RELATO SOCIEDADE CIVIL 1).

Podemos perceber que a relação entre as empresas com as OSC se dá por meio de ações beneficentes efetuadas pela pessoa física do empresário ou do restante da sociedade e que existe uma certa resistência da parte da pessoa jurídica em aderir aos projetos propostos pela OSC, como mostrado pelo relato da sociedade civil 2, onde ele disse que “[...] muitas empresas ainda não acreditam na grandeza dos projetos oferecidos ou na eficiência destes projetos.” (RELATO SOCIEDADE CIVIL 2)

Essa resistência muitas vezes se dá pela burocracia fiscal existente, como dito pela sociedade civil 3, quando questionada de que forma avalia as políticas sociais na cidade, “[...] vejo que às vezes a burocracia atrapalha [...]” (RELATO SOCIEDADE CIVIL 3), isso também foi mostrado pela sociedade civil 2 onde ele diz que muitas das vezes os empresários têm “[...] dificuldades em confiar no sistema fiscal e acabam por não aderirem aos projetos [...]” (RELATO SOCIEDADE CIVIL 2).

De acordo com o relato do governo 2, essa burocracia existe, pois, as OSC e empresas necessitam “se enquadrar nos critérios que são exigidos pelo estado” para conseguir receber os recursos e enfatiza dizendo que é “[...] extremamente importante ter essas exigências até mesmo para saber de fato, para onde esse recurso está indo e como estão sendo usados [...]” (RELATO GOVERNO 2).

Mesmo que seja visto de forma negativa por parte dos recebedores, é necessário entender que essas normativas são estabelecidas por meio de um marco legal, que visa “[...] estabelecer a questão do plano de trabalho, prestação de contas, como funciona na execução de serviços [...]” (RELATO GOVERNO 1) já que parte dos recursos estatais vem por meio de “[...] emendas parlamentares [...]” (RELATO GOVERNO 2).

Quanto ao setor público e a iniciativa privada, não existe uma relação tão direta na promoção de políticas sociais, ficando na maior parte das vezes tendo a OSC como centro. Isso ocorre, pois são elas que procuram as empresas buscando recursos para desenvolver suas atividades como doação de alimentos não perecíveis, dinheiro, dentre outros.

De acordo com o relato da iniciativa privada, a busca por recursos poderiam ser melhor desenvolvidas na cidade pois “[...] oferta de ajuda existe na cidade, só precisava de ser direcionada a melhor maneira de ajudar, porque é uma cidade que tem uma renda boa, que pode favorecer a todos os moradores da cidade. [...]” (RELATO PRIVADO).

Quando questionados sobre as expectativas do futuro da intersetorialidade na cidade, as opiniões foram mistas. De acordo com o relato do governo 2, essa relação irá depender muito de como as políticas públicas serão valorizadas, pois o que vemos nos dias atuais “[...] é um corte grande que querem realizar na nossa política de assistência [...]” (RELATO GOVERNO 2).

Essa realidade também pode ser constatada no relato do entrevistado da sociedade civil 1, quando ele acrescenta que não conseguimos precisar como o futuro será, mas que espera que “[...] as pessoas que estão lá, os deputados, os prefeitos, os governadores, o presidente, que eles pensem no pobre. Que eles pensem que essas pessoas necessitam muito das leis que eles fazem [...]” e finaliza dizendo que “[...] se for para proteger, se for para poder socorrer, diminuir a dor e o sofrimento do irmão, isso é importante.” (RELATO SOCIEDADE CIVIL 1).

Quanto ao gestor público 1, “[...] as expectativas são as melhores, né? [...], já que existem muitos trabalhos sendo desenvolvidos na cidade, seja “(...) patrocinando projetos, investindo em projetos, captando recursos.” (RELATO GOVERNO 1), algo que também foi

visto no relato da iniciativa, onde ela diz que espera “[...] que essa parceria de estado continue crescendo e favorecendo o desenvolvimento da região.” (RELATO PRIVADO).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo podemos concluir que a cidade de Nova Serrana possui uma intersectorialidade não muito bem estruturada por parte da iniciativa privada, já que existe o interesse em ajudar, mas não sabem de que forma podem executar essas ações. Fazendo com que na maioria das vezes o apoio venha por meio de atos filantrópicos em nome do empresário.

Quanto ao Governo Municipal e as OSC podemos perceber uma intersectorialidade bem estruturada, já que essas parcerias devem seguir decretos normativos instituídos por outras instâncias governamentais, com editais e prestação de contas rígidas para inibir atos de corrupção.

Dado que a pesquisa foi efetuada em um período no qual a pandemia estava mais controlada e com menos ações restritivas, outros questionamentos podem ser indagados por futuros pesquisadores, como replicar a mesma pesquisa em períodos de crise ou mesmo no pós-pandemia. Além disso, estudos sobre outras realidades municipais no Brasil, país com grande diversidade e desigualdade regional, podem trazer mais luzes para o desafio da articulação entre Estado, sociedade civil e empresas na construção de políticas, programas e projetos sociais.

AGRADECIMENTOS

À Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais pela oportunidade de desenvolvimento do trabalho. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio financeiro na concessão de bolsas.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, E.; GIACOMETTI, C.; GUSSO, E. **Governança corporativa: um modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- ARAÚJO, D. B.; GÓES, L. M.; MIRANDA JUNIOR, M. M. F. Um diálogo conceitual sobre Políticas Públicas: revisão de literatura. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, v. 3, n. 1, p. e316339, 2021.
- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- BATISTA, M.; DOMINGOS, A.; VIEIRA, B. Políticas públicas: modelos clássicos e 40 anos de produção no Brasil. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 94, 2021.
- BOWEN, H. R. **Social Responsibilities of the Businessman**. Harper & Brothers, 1953.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 dez. 2022.
- BRINKERHOFF, J. M. Government–nonprofit partnership: a defining framework. **Public Administration and Development**, v. 22, n. 1, p. 19-30, 2002.
- BUTA, B. O.; TEIXEIRA, M. A. C. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 94, 2020.
- CANÇADO, A. C.; BARROS, F. S.; BARROS, F. S. Políticas Públicas no Brasil: revisão sistemática da literatura. **Revista Observatório**, v. 7, n. 1, p. a14pt, 2021.
- CARMO, L. O. Evolução da Responsabilidade Social Empresarial e a Introdução ao Caso Brasileiro. **Revista de Administração Geral**, v.1, n. 2, p. 118-137, 2015.

CARROLL, A. B.; SHABANA, K. M. The Business Case for Corporate Social Responsibility: A Review of Concepts, Research and Practice. **International Journal of Management Reviews**, v. 12, n. 1, p. 85-105, 2010.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. **A white paper**. Bruxelas, 25 jul. 2001. Disponível em: https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/communication-white-paper-governance-com2001428-20010725_en.pdf. Acesso em: 3 dez. 2022.

DIAS, R. **Responsabilidade Social: fundamentos e gestão**. São Paulo: Atlas, 2012.

FANFANI, E. T. Pobreza y politica social: mas allá del neoasistencialismo. In: ISUANI, E.; LO VUOLO, R.; FANFANI, E. T. (Orgs.). **El Estado benefactor**. Un paradigma en crisis. Buenos Aires: Ciepp, 1991. p. 90-116.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: A stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

FRIEDMAN, M. A Friedman doctrine-- The Social Responsibility Of Business Is to Increase Its Profits. **New York Times**, 13 set. 1970. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1970/09/13/archives/a-friedman-doctrine-the-social-responsibility-of-business-is-to.html>. Acesso em: 3 dez. 2022.

GASPAROTTO, G. P.; GROSSI, P. K.; VIEIRA, M. S. O Ideário Neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. 11. **Anais...** Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/8153>. Acesso em: 3 dez. 2022.

KOLK, A.; VAN DOLEN, W.; VOCK, M. Trickle Effects of Cross-Sector Social Partnerships. **Journal of Business Ethics**, v. 94, n. 1, p. 123-137, 2010.

LECY, J. D.; VAN SLYKE, D. M. Nonprofit sector growth and density: testing theories of government support. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 23, n. 1, p. 189-214, 2013.

MAPA OSC. Busque uma OSC no Mapa. Rio de Janeiro: IPEA, 2023. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa/3145208>. Acesso em: 3 dez. 2022.

MATIAS-PEREIRA, J. A Governança Corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 109-134, 2010.

MAYNTZ, R. El Estado y la sociedad civil en la gobernanza moderna. **Reforma y Democracia**, v. 21, p. 7-22, 2001.

MCGUIRE, M. Collaborative public management: Assessing what we know and how we know it. **Public Administration Review**, v. 66, n. 1, p. 33-43, 2006.

MORRIS, P. W. G. **The Management of Projects**. Thomas Telford, London, 1994.

MOSHER, F. C. **Democracy and the public service**. New York: Oxford University Press, 1968.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de dados qualitativos**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

RACZYNSKI, D. La crisis de los viejos modelos de protección social en America Latina: nuevas alternativas para enfrentar la pobreza. In: TOKMAN, V. E.; O'DONELL, G. (Orgs.). **Pobreza y desigualdad en America Latina: temas y nuevos desafíos**. Buenos Aires: Paidós, 1999. p. 171-202.

REED, A. M.; REED, D. Partnerships for development: Four models of business involvement. **Journal of Business Ethics**, v. 90, n. 1, p. 3-37, 2009.

REZENDE, F. C.; RIOS, C. G. B. Políticas Públicas: Uma Revisão Bibliométrica da Literatura. **Revista Política Hoje**, v. 29, n. 1, p. 271-186, 2020.

RICO, E. M. A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 4, 2004.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2019.

SELSKY, J. W.; PARKER, B. Cross-Sector Partnerships to Address Social Issues: Challenges to Theory and Practice. **Journal of Management**, v. 31, n. 6, p. 849–873, 2005.

SMITH, S. R.; LIPSKY, M. **Nonprofit for hire**: the Welfare State in the age of contracting. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

SOUZA, C. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, v. 16, n. 39, 2006.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, 2006.

STEINBERG, R. Economic theories of nonprofit organizations. In: ANHEIER, H. K.; BENER, A. (Orgs.). **The study of nonprofit enterprise**: Theories and approaches. New York: Springer, 2003.

TEODÓSIO, A. S. S. Parcerias Trisetoriais: caminhos e descaminhos de três experiências brasileiras. **Revista Reuna**, v. 16, n. 1, p. 43-60, 2011.

VIANNA, M. L. T. W. **Em torno do conceito de política social**: notas introdutórias. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/silvana.marinho/disciplina-politica-sociali/unidade-i-introducao-aos-fundamentos-socio-historicos-e-conceituais-das-politicassociais/texto-1-vianna-maria-lucia-t-w-201cem-torno-do-conceito-de-politica-socialnotas-introdutorias201d-rio-de-janeiro-iuperj-dezembro-de-2002/view>. Acesso em: 3 dez. 2022.

WEISBROD, B. **The Voluntary Nonprofit Sector**. Lanham, Maryland: Lexington Books, 1978.

WOOD, D. Corporate social performance revisited. **Academy of Management Review**, v. 16, n. 4, p. 691-718, 1991.

WORLD BANK. **Governance - the World Bank's experience (English)**. Development in practice Washington: World Bank Group. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/711471468765285964/governance-the-world-banks-experience>. Acesso em: 3 dez. 2022.

YAKOVLEVA, N.; ALABASTER, T. Tri-sector partnership for community development in mining: A case study of the SAPI Foundation and Target Fund in the Republic of Sakha (Yakutia). **Resources Policy**, v. 29, n. 3-4, p. 83-98, 2003.

YOUNG, D. R. Alternative Models of Government-Nonprofit Sector Relations: Theoretical and International Perspectives. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 29, n. 1, p. 149–172, 2000.